

Banqueiros inquietos com o Brasil

Dinda &
GAZETA MERCANTIL

por Milton Coelho da Graça
de Nova York

"Se a renegociação da dívida brasileira não estiver concluída até o fim do ano, será uma catástrofe para os bancos e para o Brasil." O importante banqueiro internacional que fez, sexta-feira, esse diagnóstico explicou que o volume de empréstimos que, nessa hipótese, teria de ser considerado incobrável ("non performing") no fim do ano está muito acima de qualquer manobra contábil que os grandes bancos possam fazer. Por outro lado, segundo esse mesmo banqueiro, os bancos teriam de tomar medidas judiciais contra o Brasil, declarando o país em "default" ou inadimplente.

Dois fatos refletiam, ontem, a inquietação com a situação brasileira. O primeiro deles foi a queda das cotações das ações dos grandes bancos. No fim da tarde, os índices da Bolsa

de Nova York mostravam uma queda de 1,28 (máximo 93,43, mínimo 91,94, fechamento 92,38) para o grupo "financeiro", enquanto o índice de ações "industriais" fechava em baixa de 0,58, os transportes em 0,28 e os "serviços públicos" subiam 0,14, em comparação com o fechamento da semana anterior. A baixa para o grupo "financeiro" foi de 3,86, diante de 2,89 para os "industriais", 0,29 para os "serviços públicos" e alta de 0,57 para os "transportes".

Fontes dos grandes bancos procuraram minimizar o comportamento da bolsa, lembrando que a queda foi relativamente pequena e comparável com outros momentos difíceis, como o dia da suspensão da liberação do empréstimo do FMI. Alguns mencionaram também o efeito psicológico de uma grande reportagem sobre o Brasil, na primeira página do jornal The New York Times, em que o correspondente Warren Hoge identifica a desesperança como o sentimento predominante no País e dramatiza informações corretas sobre a economia com várias histórias humanas. Essas histórias, segundo uma fonte de um grande banco, podem ter "perturbado emocionalmente alguns investidores".

O segundo fato significativo foi o incremento da atividade de bancos e corretoras buscando negociar os títulos brasileiros em carteira. Embora as informações sejam fragmentárias e escassas, por serem transações cercadas do maior sigilo, este jornal obteve indicações de que está ocorrendo uma oferta maior de operações deste gênero.

Em relação ao Decreto-lei 2.064, parece estar surgindo uma nova divisão entre os bancos. Conforme tem ocorrido em outras questões, a flexibilidade está em proporção direta com os recursos que cada um tem no Brasil e, portanto, os grandes credores tendem a manifestar que o que interessa é que haja uma política salarial em vigor, cabendo ao País decidir como ela deve ser aprovada.

O editorial de ontem do Journal of Commerce, de Nova York, afirma que o nível de confiança dos ban-

cos no Brasil e na Argentina é muito menor hoje do que era há poucas semanas. E reconhece que a rejeição do 2.045 complica a situação brasileira. Mas ressalva: "O ponto importante (...) é que o governo mantenha mão firme sobre as folhas de pagamento do setor público, ao mesmo tempo que permita flexibilidade para o setor privado."

Fontes do FMI não comentaram, na quinta-feira, a decisão do Congresso brasileiro, embora certamente elas já soubessem que havia uma forte possibilidade de rejeição. Mas proeminentes banqueiros internacionais, intimamente envolvidos no esforço de renegociação, insistem em que uma solução do problema brasileiro é tão importante que é preciso haver flexibilidade. "Os fatos da vida", disse um deles, "devem ser acomodados de forma calma e racional."

Os bancos menores, entretanto, tendem a achar que a aprovação da lei salarial pelo Congresso será indispensável, a menos que o FMI se disponha a aprovar o programa brasileiro na data prevista (por volta de 18 de novembro), manifestando confiança no acordo em torno do 2.064.

(Continua na página 12)

Dívida brasileira provoca queda das ações de bancos dos EUA

As ações dos principais bancos americanos caíram, sexta-feira, na Bolsa de Nova York, em consequência do receio de que o Brasil não conseguirá pagar os US\$ 22 bilhões que deve a essas instituições, segundo a Reuters. Entre os maiores bancos, informa a AP/Dow Jones, as ações do Citicorp caíram 2 pontos, as do Chase Manhattan 2 pontos também, J. P. Morgan baixou 2,125, Manufacturers Hanover 0,875, Chemical 2,25 e Security Pacific 1,875.

A média industrial Dow Jones fechou a 1.248,88 pontos, com baixa de 2,64 em relação ao fechamento de quinta-feira. Mas o volume negociado totalizou 92,39 milhões de papéis na sexta-feira, em comparação com os 86 milhões de títulos negociados na quinta-feira.

As preocupações com a dívida internacional, geradas pela rejeição do Decreto-lei nº 2.045, contribuíram, de outro lado, para fortalecer o dólar no mercado de câmbio de Nova York, juntamente com uma inesperada expansão dos meios de pagamento da ordem de US\$ 2,4 bilhões. O dólar fechou em Nova York cotado a 2,59 marcos na sexta, ante 2,58 na quinta.

Em relação ao franco suíço, o dólar foi cotado, sempre no fechamento, a 2,11, diante de 2,09 na quinta. A libra esterlina fechou, em Nova York, na sexta, a 1,5 por dólar, sem alteração.

Banqueiros inquietos...

por Milton Coelho da Graça
de Nova York
(Continuação da 1ª página)

Um desses banqueiros disse que "a recusa do 2.045 mostrou que também não se pode ter certeza sobre o 2.064".

Curiosamente, quase todas as fontes ouvidas, tanto americanas quanto europeias, mostraram-se aliviadas com a substituição da lei. Um dos banqueiros, explicando esse sentimento, disse que "era difícil acreditar que fosse possível reduzir ainda mais o poder aquisitivo das camadas mais pobres da população, quando se sabe que o salário mínimo no Brasil está por volta de US\$ 40 por mês." Em geral, o 2.064 parece despertar maior confiança porque, como disse um banqueiro, "a classe média foi quem mais se beneficiou dos anos de progresso e é justo que o peso maior da austeridade caia sobre ela".

Mas há inquietação crescente sobre o futuro econômico não só do Brasil como da Argentina e outros grandes devedores. E cada vez maior a convicção de que os governos dos países industrializados terão de intervir com maior vigor, diretamente ou através do FMI, permitindo que os bancos privados congelem ou mesmo comecem a reduzir o seu risco ("exposure") nesses países. Na carta econômica do Continental Illinois Bank da semana passada, F. John Mathis, vice-presidente e economista internacional do banco, mostra isso com clareza: "Sem uma maior cooperação, de uma forma ou de outra, por parte dos governos dos países industrializados para dar assistência financeira necessária aos países em desenvolvimento,

to, o problema da dívida se deteriorará".

Por isso, os bancos não se preocupam apenas com o Congresso brasileiro, mas também com o americano, que terá de aprovar o aumento da cota dos Estados Unidos no FMI (mais US\$ 8,4 bilhões), indispensável para que o Fundo continue a desempenhar sua função na atual crise.

Banqueiros asseguraram ontem a este jornal que o aumento de prazos e redução do "spread" na fase 2 da renegociação brasileira deveu-se a um pedido do secretário do Tesouro dos EUA, Donald Regan, ao comitê assessor dos bancos, com duplo objetivo: dar maior viabilidade ao programa brasileiro e facilitar a aprovação do aumento de cota pelo Congresso dos EUA, atendendo alguns congressistas que condicionam seu voto favorável à concessão pelos bancos de condições mais favoráveis aos devedores.

Uma previsão favorável ao Brasil foi anunciada ontem pelo Conference Board, uma das mais prestigiosas associações empresariais dos Estados Unidos. Um painel de 35 executivos financeiros de primeiro time previu que os Estados Unidos terão um crescimento econômico de 5% em 1984, e que a recuperação continuará em 1985 (4%). O painel também estimou que os juros se manterão relativamente estáveis, com a "prime rate" nos Estados Unidos atingindo uma média de 10,8% em dezembro deste ano, 10,7% em 1984 e 11,1% em 1985 (os níveis de inflação previstos são, respectivamente, de 4,7%, 5,2% e 6%).

Fase 2: FMI quer adesão até dia 14

por William Salazar
de São Paulo

O diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Jacques de Larosière, precisa que até 14 de novembro os bancos e instituições oficiais confirmem sua adesão à chamada "fase 2" da renegociação da dívida externa do País. Sem isto, salienta de Larosière, em telex enviado aos credores dia 7 de outubro, "não poderei pedir ao Fundo que aprove um programa que não seja financiado adequadamente".

De Larosière, para convencer a diretoria do Fundo a aprovar a nova carta de intenções assinada com o Brasil em setembro, precisa que os bancos se comprometam, por escrito, a facilitar US\$ 6,5 bilhões de "dinheiro novo", concorde com o refinanciamento, das amortizações do principal da dívida a vencer em 84 (no valor estimado de US\$ 5 bilhões), a manutenção de créditos comerciais em US\$ 10,3 bilhões (de acordo com os saldos registrados em 30 de junho deste ano) e a manutenção dos créditos interbancários em não menos de US\$ 6 bilhões (saldo estimado também em 30 de junho de 83). Além disso, de Larosière diz estar empenhando-se em conseguir que entidades oficiais facilitem US\$ 2,5 bilhões.

O diretor-gerente do Fundo também afirma no telex enviado "à comunidade financeira internacional", segundo relatório do comitê assessor ("advisory committee"), que "uma preocupação particular", nas discussões entre o Fundo e as autoridades brasileiras foi a taxa de inflação. Reconhece que a meta fixada originalmente para 1983 não está em via de ser alcançada. Porém, acrescenta, as políticas adotadas pressupõem uma redução substancial da inflação no próximo ano.

As explicações de Larosière aos bancos credores

A íntegra do telegrama de De Larosière aos bancos é a seguinte:

"Desejo informar-lhe sobre a situação atual do programa econômico brasileiro em apoio ao acordo ampliado de três anos com o Fundo. Desde fins de maio de 1983, a direção e os técnicos do Fundo mantiveram discussões com as autoridades brasileiras sobre as medidas exigidas para restabelecer um programa eficaz de ajustamento. As diversas medidas corretivas introduzidas e as decisões de política tomadas pelas autoridades brasileiras nos últimos meses resultaram em uma carta de intenções e em um memorando técnico que estabelece os planos do governo brasileiro com relação ao seu programa econômico na estrutura do acordo am-

pliado com o Fundo. A carta foi assinada pelas autoridades brasileiras em 15 de setembro de 1983 e, ao mesmo tempo, foi aprovada pela direção do Fundo.

Uma preocupação especial nas discussões sobre a política econômica nos últimos meses, entre as autoridades brasileiras e a direção e técnicos do Fundo foi garantir que as medidas resultassem em uma redução da inflação. Embora o objetivo original do programa para a inflação de 1983 não estivesse mais ao alcance, houve acordo sobre medidas que deverão servir para produzir uma desaceleração da inflação nos meses finais de 1983 e possibilitar a redução substancial da taxa de alta de preços durante 1984.

A ação das autoridades brasileiras para reforçar o esforço de ajustamento começou em junho de 1983 e uma série de medidas decisivas já foi tomada. Os preços dos combustíveis e do trigo foram elevados para eliminar ou reduzir subsídios e os preços de outros serviços do setor público foram ajustados. Os impostos foram aumentados. Um teto mensal foi estabelecido para os empréstimos bancários ao setor público. Os subsídios de juros para a agricultura foram marcadamente reduzidos. Em julho de 1983, um importante avanço foi conseguido em relação à política salarial, melhorando muito as perspectivas para reduzir a inflação. Baixou-se um decreto-lei limitando os reajustes semestrais de salários a 80% da inflação passada e fixando limites rígidos sobre os aumentos de produtividade incluindo nos acordos de salários.

Com base nas medidas que foram adotadas, estima-se que o déficit operacional do setor público — o déficit excluindo os efeitos da indexação da dívida interna — será de 2,7% do PNB em 1983, em comparação com cerca de 7% do PNB em 1982. Entretanto, o déficit global do setor público, incluindo os efeitos da indexação, deverá mudar pouco de 1982 para 1983. Nessa base, o déficit deverá permanecer ao redor de 15% do PNB, já que a aceleração da inflação elevou o custo da correção monetária neste ano.

As autoridades brasileiras têm planos específicos para reduzir o déficit operacional do setor público em cerca de 3% do PNB de 1983 para 1984. O déficit global deverá declinar ainda mais — em cerca de 8% do PNB de 1983 para 1984 — à medida que a inflação baixará. Cada um dos principais subgrupos dentro do setor público contribuirá para essa melhoria. Foi acertada a especificação necessária das medidas exigidas e dos controles com relação às finanças dos estados e dos municípios.

As autoridades brasileiras estabeleceram um sistema para acompanhar, todos os meses, as necessidades de empréstimo dos

principais subgrupos do setor público (empresas do setor público da administração central, e estados e municípios). Esses dados fornecem um alerta antecipado de possíveis desvios do programa e, consequentemente, serão a base para determinar se medidas adicionais são exigidas para assegurar a implementação ordenada e efetiva do programa.

Na área monetária, continua a política de limitar o crescimento da base monetária em 90% durante 1983. Isto deverá ser instrumental na acentuada redução da taxa mensal de inflação nos próximos meses. Diversas medidas foram introduzidas recentemente para fortalecer o controle monetário. Quanto à taxa cambial, permanece a política de realizar ajustes frequentes de acordo com a taxa da inflação interna.

"O déficit em conta corrente cai em 84 para US\$ 6 bilhões"

Estima-se que o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos diminuirá para US\$ 7,7 bilhões (cerca de 3% do PNB) em 1983, e com base nas medidas já adotadas o déficit deverá ser reduzido ainda mais, para US\$ 6 bilhões, em 1984. Com base nas projeções desenvolvidas pelos técnicos do Fundo, parece que cortes adicionais do déficit em conta corrente do balanço de pagamentos deverão ser viáveis até 1985. Com as exportações continuando a crescer durante esse período a taxas próximas das projetadas para 1984, com a proporção das importações sobre o PNB recuperando-se para o nível que prevalecia antes de sua queda em 1983, e com as taxas de juros reais nos mercados internacionais um tanto abaixo dos níveis recentes, mas ainda assim altas, pelos padrões passados, a conta corrente do Brasil estaria mais ou menos em equilíbrio em 1987-88, em comparação com um déficit de cerca de 7% do PNB em 1982.

Com respeito às necessidades de financiamento externo do Brasil, é essencial nesta altura tratar da questão de necessidades para 1983, e 1984. A conta corrente do balanço de pagamentos tem um déficit projetado de US\$ 7,7 bilhões em 1983, e em US\$ 6 bilhões em 1984, em déficit conjunto de US\$ 13,7 bilhões no decorrer desses dois anos.

Conforme os indícios atuais, a conta de capital deverá mostrar um ingresso líquido de US\$ 3,2 bilhões em 1984 e um ingresso líquido de US\$ 0,5 bilhão em 1984, um ingresso conjunto de US\$ 3,7 bilhões nesses dois anos. Essas estimativas de ingresso de capital incluem os efeitos

de um aumento agudo dos empréstimos do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, com essa ajuda subindo de US\$ 660 milhões em 1982 para US\$ 880 milhões em 1983 e US\$ 1,1 bilhão em 1984. As reservas internacionais oficiais, de acordo com o programado, não apresentarão alteração em 1983, mas aumentarão em US\$ 1 bilhão em 1984. O financiamento pelo Fundo somaria US\$ 3,7 bilhões durante o período de dois anos e seria essencialmente absorvido pela reconstituição das reservas internacionais do Brasil, agora em nível muito reduzido. A soma desses elementos do balanço de pagamentos produz brechas não financiadas de US\$ 4,5 bilhões em 1983 e US\$ 6,5 bilhões em 1984, totalizando US\$ 11 bilhões nos dois anos.

Parte da necessidade de financiamento de US\$ 11 bilhões deverá ser atendida através de ajuda em dividas oficialmente garantidas pelos países do Clube de Paris. Descontada essa ajuda — que poderá alcançar US\$ 2 bilhões durante 1983 e 1984, em conjunto —, cerca de US\$ 9 bilhões de dinheiro novo teriam ainda de ser encontrados. Depois de consultar as autoridades pertinentes, estou em posição de indicar que US\$ 2,5 bilhões seriam a quantia a vir de agências oficiais. Estou fazendo todo esforço para obter essa cifra. Nessa base, os bancos comerciais precisariam fornecer nada menos que US\$ 6,5 bilhões.

Quanto ao financiamento dos bancos comerciais, o dinheiro novo acima citado presume que, durante o período de 1983-84, os empréstimos ou créditos vencíveis serão reestruturados ou rolados, o financiamento de curto prazo relacionado ao comércio será mantido pelo menos no nível corrente de US\$ 10,3 bilhões e o crédito interbancário não cairá abaixo de US\$ 6 bilhões.

Com relação ao financiamento de fontes oficiais, ao que se espera a grande parte na forma de créditos de importação, será necessária a adoção de precauções para garantir que os créditos constituam financiamento adicional e não meramente uma substituição do financiamento de importação existente.

Como é bem sabido, não posso pedir ao conselho executivo do Fundo a aprovação de um programa que não é adequadamente financiado. Esta é a aplicação de nossos regulamentos e práticas normais. Para estar em posição de pedir ao conselho a tomada de uma decisão até meados de novembro de 1983, precisarei, até 14 de novembro, de garantias escritas dos bancos e das fontes oficiais sobre suas participações, conforme as linhas indicadas acima, no atendimento das necessidades de financiamento do Brasil.

Atenciosamente,
Larosière."

J. de 198 de 6. O